

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.561.610/0001-31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2015. Permanecemos à disposição de V.Sas para quaisquer esclarecimentos necessários.

Balanco patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos				
Ativos Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	376	513	45.466	232.623
Contas a receber (Nota 6)	-	-	214.290	208.618
Estoques	-	-	16.598	16.042
Impostos a recuperar (Nota 7.a)	29	22	42.598	19.037
Outros ativos	-	-	6.974	9.757
Total do ativo circulante	405	535	325.926	486.077
Não circulantes				
Aplicações financeiras (Nota 5)	-	-	57.455	45.745
Contas a receber (Nota 6)	-	-	17.713	17.713
Impostos a recuperar (Nota 7.a)	21	-	443.242	117.683
Depósitos Judiciais	-	-	1.758	417
Investimentos (Nota 9)	-	-	476.797	-
Imobilizado (Nota 10)	-	-	13.320	18.044
Intangível (Nota 11)	-	-	15.665.393	15.799.553
Total dos ativos não circulantes	21	476.797	16.198.881	15.999.155
Total dos Ativos	426	477.332	16.524.807	16.485.232

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Passivo e patrimônio líquido				
Circulantes				
Fornecedores	12	3	74.841	93.459
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	-	9.896	8.071
Debêntures a pagar (Nota 13)	-	-	14.859	43.929
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 7.d)	-	-	10.832	10.995
Obrigações com empregadores e administradores (Nota 14)	326	292	33.322	31.014
Concessão serviços público (Nota 15)	-	-	1.216.367	1.178.361
Partes relacionadas (Nota 8)	-	-	35.506	1.095
Receita diferida (Nota 17)	-	-	6.142	5.000
Outras obrigações	-	-	89.518	52.485
Total do passivo circulante	338	412	1.491.283	1.424.409
Não circulantes				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	-	2.677.074	2.472.382
Debêntures (Nota 13)	-	-	676.771	591.338
Concessões de serviço público (Nota 16)	-	-	11.648.476	10.861.467
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.b)	-	-	209.814	159.378
Receita diferida (Nota 17)	-	-	44.376	38.333
Provisões para riscos (Nota 16)	-	-	5.446	2.906
Dividendos a pagar (Nota 18)	12.305	12.305	12.305	12.305
Provisão para passivo descoberto (Nota 9)	116.546	-	-	-
Total do passivo não circulante	128.851	-	15.274.262	14.138.109
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 18)	734.010	627.330	734.010	627.330
Prejuízo acumulado	(862.773)	(162.715)	(862.773)	(162.715)
	(128.763)	464.615	(128.763)	464.615
Participação dos não controladores				
Total do patrimônio líquido	(128.763)	464.615	(240.738)	922.714
Total do passivo e do patrimônio líquido	426	477.332	16.524.807	16.485.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida de serviços (Nota 19)	-	-	1.624.756	1.576.274
Receita de construção (Nota 19)	-	-	324.309	1.381.189
Receita líquida	-	-	1.949.065	2.957.463
Custo dos serviços prestados (Nota 20)	-	-	(1.244.362)	(1.094.833)
Custo de construção (Nota 20)	-	-	(315.200)	(1.342.394)
Lucro bruto	-	-	389.503	520.236
Despesas gerais, administrativas e com vendas (Nota 20)	(232)	(196)	(179.860)	(205.683)
Resultado da equivalência patrimonial	(699.932)	(202.114)	-	-
Outras despesas operacionais	-	-	(6.705)	(522)
Total	(700.164)	(202.310)	202.938	314.031
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras (Nota 21)	107	89	64.898	54.304
Despesas financeiras (Nota 21)	(1)	(1)	(1.589.942)	(665.243)
Total	106	88	(1.525.044)	(610.939)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(700.058)	(202.222)	(1.322.106)	(296.909)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 7c)	-	-	(50.436)	(99.500)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(700.058)	(202.222)	(1.372.542)	(396.408)
Atribuível aos acionistas controladores	(700.058)	(202.222)	(700.058)	(202.222)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(672.484)	(194.187)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em Reais - R\$)	(12,545)	(3,871)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(700.058)	(202.222)	(1.322.106)	(296.909)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	699.932	202.114	-	-
Depreciações e amortizações (Nota 20)	-	-	689.872	585.500
Margem de construção (Nota 19 e 20)	-	-	(9.109)	(38.795)
Prejuízo na baixa de imobilizado (Nota 10)	-	-	-	18
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6)	-	-	9.741	3.409
Provisão para riscos	-	-	2.540	2.906
Apropriação da receita diferida	-	-	(6.094)	(5.000)
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	-	-	1.571.239	656.084
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	-	(15.413)	(61.874)
Estoques	-	-	(556)	(200)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	1.481	202
Impostos a recuperar	28	(21)	22.126	(82.934)
Depósitos judiciais	-	-	(1.341)	(268)
Despesas antecipadas	-	-	1.302	212
Partes Relacionadas	-	-	-	217
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(9)	(34)	(4.784)	(47.669)
Partes Relacionadas	-	-	13.289	-
Salários, provisões e contribuições sociais	(30)	-	2.244	4.213
Impostos a recolher	-	-	(163)	(11.535)
Outorga variável (Nota 15)	-	-	183.541	185.065
Pagamento outorga variável	-	-	(185.177)	(143.801)
Receita diferida	-	-	13.279	-
Outros	-	-	37.034	9.088
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(137)	(163)	1.002.945	757.929
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicação Financeira	-	-	(1.401)	(42.125)
Aquisição de intangível	-	-	(264.397)	(1.206.907)
Aquisição de imobilizado	-	-	(4.653)	(10.188)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-	-	(270.451)	(1.259.220)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aporte dos acionistas	-	-	209.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	-	507.981	1.124.342
Emissão de debêntures (Nota 13)	-	-	-	590.549
Pagamento da outorga fixa (Nota 15)	-	-	(1.016.299)	(933.288)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	-	(314.000)	(484.960)
Juros pagos (Nota 12)	-	-	(306.333)	(186.259)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	-	(919.651)	110.384
Redução líquida no caixa e equivalente de caixa	(137)	(163)	(187.157)	(390.907)
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	513	676	232.623	623.530
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	376	513	45.466	232.623
Redução líquida no caixa e equivalente de caixa	(137)	(163)	(187.157)	(390.907)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Reservas de lucro		Prejuízos acumulados		Participação dos não controladores	Total do consolidado
	Capital social	Retenção Legal de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	627.330	2.591	36.916	-	666.837	1.305.666
Prejuízo do exercício	-	-	-	(202.222)	(194.187)	(396.408)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	13.457	13.457
Absorção do prejuízo com reservas	-	(2.591)	(36.916)	39.507	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	627.330	-	-	(162.715)	458.099	922.714
Aporte de capital (Nota 18)	106.680	-	-	-	106.680	209.090
Prejuízo do exercício	-	-	-	(700.058)	(672.484)	(1.372.542)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	734.010	-	-	(862.773)	(111.975)	(240.738)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(700.058)	(202.222)	(1.372.542)	(396.408)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(700.058)	(202.222)	(1.372.542)	(396.408)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas (Nota 19)	-	-	2.182.103	3.208.230
Prestação de serviços e cessão de espaços	-	-	1.856.103	1.763.760
Receita de construção	-	-	335.741	1.447.879
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(9.741)	(3.409)
Insumos adquiridos de terceiros	(232)	(196)	(865.131)	(1.840.276)
Custos dos serviços prestados	-	-	(423.774)	(432.735)
Custo de construção (Nota 20)	-	-	(315.200)	(1.342.394)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(232)	(196)	(126.157)	(65.147)
Valor adicionado bruto	(232)	(196)	1.316.972	1.367.954
Retenções	-	-	(689.872)	(585.500)
Depreciação e amortização	-	-	(689.872)	(585.500)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(232)	(196)	627.100	782.454
Valor adicionado recebido em transferência	(699.826)	(202.025)	64.897	54.304
Resultado de equivalência patrimonial	(699.932)	(202.114)	-	-
Receitas financeiras (Nota 21)	106	89	64.897	54.304
Valor adicionado total a distribuir	(700.058)	(202.221)	691.997	836.758
Distribuição do valor adicionado	(700.058)	(202.221)	691.997	836.758
Pessoal e encargos	-	-	171.045	179.727
Remuneração direta	-	-	124.583	127.377
Benefícios	-	-	37.020	41.493
FGTS	-	-	9.229	10.009
Outros	-	-	213	848
Impostos, taxas e contribuições	-	-	292.121	314.487
Federais	-	-	291.039	296.579
Municipais	-	-	1.082	17.908
Remuneração do capital de terceiros - juros/aluguéis	-	-	1.601.373	738.953
Juros	-	-	375.231	259.884
Atualização outorga	-	-	1.217.749	472.050
Outras	-	-	8.393	7.019
Remuneração de capital próprio	(700.058)	(202.222)	(1.372.542)	(396.408)
Participação de acionistas não controladores	-	-	(672.484)	(194.187)
Lucros líquidos retidos (prejuízo) do exercício	(700.058)	(202.222)	(700.058)	(202.222)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

1.1. INFORMAÇÕES GERAIS:
O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("Companhia" ou "GRUPAR"), cuja sede está localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, 3º andar - sala 307, foi constituída sob a forma de "sociedade anônima". A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objetivo exercer o controle de sociedade da concessionária de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto e do respectivo complexo aeroportuário.

A GRUPAR é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém 80% do capital da Companhia, sendo os outros 20% da Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA.

Para explorar a concessão foi constituída em 8 de maio de 2012, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU AIRPORT" ou "Concessionária") da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRUPAR", possui 51% e 49% são detidos pela Infraero, conforme o edital da licitação. A concessão terá prazo de 20 anos, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 04 de maio de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, a GRUPAR consolidada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$1.165.357 (R\$938.332 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de obrigações junto à União referentes ao pagamento das outorgas. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada GRU AIRPORT têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhoria dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades de GRU AIRPORT.

1.2. INVESTIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ENVOLVENDO A COMPANHIA, ACIONISTA E PARTES RELACIONADAS:

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas no contexto da operação "Lava Jato", que investiga, principalmente, supostas práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo diversas empresas, dentre elas empresas do Grupo OAS, acionista que participa do bloco de controle da INVEPAR e que mantém operações de contratos de construção com

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.561.610/0001-31

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público.

Mensuração subsequente

a) mensuração dos ativos e passivos depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a controlada manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da controlada, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de Hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e debêntures.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de Hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos (IAS 39), incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de Hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresenta nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.1. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.2. Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)

A Controladora contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)-IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1)-IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Controlada dentro do prazo do contrato de concessão.

2.2.3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir:

(a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016

• Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.

• Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.

• Modificações à IFRS 11 - Contabilização para aquisições de Participações em Operações em Conjunto.

Em 31 de dezembro de 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Salvos vencidos									
	Total de contas a receber	créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	De <30 dias	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>121-150 dias	>151-180 dias	>180 dias
31 de dezembro de 2015	232.003	(9.126)	192.345	12.926	7.647	1.471	5.133	1.095	1.004	29.508

	Salvos vencidos									
	Total de contas a receber	créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	De <30 dias	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>121-150 dias	>151-180 dias	>180 dias
31 de dezembro de 2014	242.548	(16.217)	174.786	13.004	1.748	15.538	1.702	1.421	653	33.696

Do total dos títulos vencidos a mais de 180 dias, R\$17.113 são referentes a receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO, onde não se constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 31 de dezembro de 2015 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$9.126 (R\$16.217 em 31 de dezembro de 2014), onde 83% desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(16.217)	(12.808)
Adições	(14.536)	(26.730)
Reversões	4.795	23.321
Baixas	16.832	-
Saldo no fim do exercício	(9.126)	(16.217)

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	Consolidado	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda e Contribuição Social	2	20	20
IRRF	16.186	13.636	13.636
PIS e COFINS	26.369	5.360	5.360
ISS	41	21	21
Total dos impostos a recuperar - Circulante	42.598	19.037	19.037
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	-	-
PIS e COFINS	443.221	117.683	117.683
Total dos impostos a recuperar - Não Circulante	443.242	117.683	117.683

Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente, de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos e insumos além do IRRF sobre aplicações financeiras.

Durante o exercício de 2015, a Concessionária, suportada por seus consultores e assessores legais realizou estudo acerca da legislação das contribuições para o PIS e a COFINS e concluiu que determinados investimentos realizados no ativo intangível são passíveis de crédito das citadas contribuições. Como consequência, foi transferido o valor de R\$ 369.107 do ativo intangível para a conta de impostos a recuperar.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Consolidado):

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não

• Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicação da Isenção para Consolidação.

• Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Margem de Venda de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

• Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.

• IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas - determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2016:

• IFRS 5 - Ativos Disponíveis para Venda em Operações Descontinuadas - introduz tópicos específicos em relação à contabilização de ativos mantidos para venda e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas.

• IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1) - fornece orientação adicional para esclarecer se um contrato de prestação de serviços de manutenção é considerado continuidade do envolvimento em um ativo transferido para a finalidade das divulgações exigidas em relação aos ativos transferidos.

• IAS 19 - Benefício a empregados - esclarece que a taxa de desconto usada nas obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada por referência aos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade no final do período.

• IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias - as alterações esclarecem as exigências relativas à informação requerida pelo parágrafo 16º da IAS 34, que é apresentado em outros lugares dentro do relatório financeiro intermediário, mas fora das demonstrações financeiras intermediárias.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

• IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

• IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

• IFRS 16 - Leasing - estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IAS 16 (alteração no método de depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis), que podem modificar a mensuração dos intangíveis da Controlada GRU.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO:

O contrato de concessão da controlada Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a ser implementada nas seguintes fases:

• FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária;

• FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;

• FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a Infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

• FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o entendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA.

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado uma vez por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários a prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

A Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$16.213.000 com parcelas anuais de R\$810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de outorga fixa.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuições variáveis que correspondem ao montante anual em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço, courier), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu Acionista Privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	376	11	5.373	6.285
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	502	-	502
Operações compromissadas	-	-	40.093	225.836
Total de caixa e equivalentes de caixa	376	513	45.466	232.623

As aplicações financeiras são representadas por operações compromissadas lastreadas em debêntures e CDB, com remuneração média de 101,32% do CDI (101,46% do CDI em dezembro de 2014), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos - não circulante (a)	57.455	45.745
Saldo de aplicações financeiras	57.455	45.745

(a) Títulos para negociação:

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 98,92% do CDI (99,09% do CDI em 31 de dezembro de 2014) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta reserva, cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante	97.600	92.822
Aeronaves e passageiros	7.992	7.128
Cessão de espaço	117.824	124.885
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(9.126)	(16.217)
Total	214.290	208.618

Ativo não circulante

Outros (a)	17.713	17.713
Total contas a receber	232.003	226.331

(a) Valor referente a parte relacionada de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO, cuja expectativa de recebimento foi revisada em 31 de dezembro de 2015 para o não circulante.

receptor de clientes é a seguinte:

	Salvos vencidos									
	Total de contas a receber	créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	De <30 dias	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>121-150 dias	>151-180 dias	>180 dias
31 de dezembro de 2015	232.003	(9.126)	192.345	12.926	7.647	1.471	5.133	1.095	1.004	29.508

	Salvos vencidos									
	Total de contas a receber	créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	De <30 dias	De 31-60 dias	De 61-90 dias	De 91-120 dias	>121-150 dias	>151-180 dias	>180 dias
31 de dezembro de 2014	242.548	(16.217)	174.786	13.004	1.748	15.538	1.702	1.421	653	33.696

possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Natureza	688.029	688.029
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	18.041	22.360
Diferenças temporárias-provisões indedutíveis	(676.864)	(637.716)
Outorga fiscal	(37.020)	(36.051)
Margem de Construção	(209.814)	(159.378)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados em quotas fixas mensais, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$499.776 em 31 de dezembro de 2015 (R\$200.390 em 31 de dezembro de 2014) de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2015, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$70.166.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis e créditos de acordo com o CPC 32, a concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Ativo
2020	17.759
2021	51.870
2022	86.917
2023 a 2025	549.524
Saldo de imposto diferido ativo	706.070

A realização do

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.561.610/0001-31

As adições no exercício referem-se, na maior parte, a obras em andamento relacionadas à construção civil.

As baixas do exercício referem-se a reclassificação de créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de bens contabilizados pelo valor bruto para a rubrica de Impostos a Recuperar no total de R\$369.107, mais detalhes estão descritos na nota explicativa nº 7 e a reclassificações do intangível para o imobilizado por se tratarem de bens não vinculados à operação no total de R\$ 2.083.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO):

a) Composição da dívida:

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2014	Captação	Juros/Encargos Incorridos	Pagos (*)	Pagamento principal	Saldo final 31/12/2015
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	2,88%	1.735.791	136.044	157.859	(150.084)	-	1.879.610
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	-	302	976	67	(60)	-	1.285
Banco do Brasil	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
Bradesco	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
Itaú	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
HSBC	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
Caixa Econômica Federal	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	148.871	11.661	14.245	(13.563)	-	161.214
Banco do Brasil	Nota Promissória	out/15	CDI	108% do CDI	-	40.000	3.083	(3.083)	(40.000)	-
Votorantim	Nota Promissória	out/15	CDI	108% do CDI	-	60.000	4.624	(4.624)	(60.000)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/15	CDI	108% do CDI	-	36.000	3.240	(3.240)	(36.000)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/15	CDI	108% do CDI	-	64.000	5.760	(5.760)	(64.000)	-
Votorantim	Nota Promissória	dez/15	CDI	108% do CDI	-	38.000	3.917	(3.917)	(38.000)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	dez/15	CDI	108% do CDI	-	76.000	7.835	(7.835)	(76.000)	-
Itaú	Comissão fiança	indeterminado**	INPC	2,90%	5	-	21	(21)	-	5
Itaú	Comissão fiança	set/15	-	1,90%	-	-	665	(665)	-	-
Total					2.480.453	509.325	258.296	(247.104)	(314.000)	2.686.970

Parcela do circulante
Parcela do não circulante
(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.
(**) Vinculado ao fim do processo judicial.

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2013	Captação	Juros/Encargos Incorridos	Juros pagos	Pagamento principal	Saldo final 31/12/2014
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	2,88%	1.284.074	447.357	-	116.005	(111.644)	1.735.791
BNDES	Finem	dez/27	TJLP	-	2	300	-	-	-	902
Banco do Brasil	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Bradesco	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Itaú	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
HSBC	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Caixa Econômica Federal	Finem	dez/27	TJLP	3,40%	110.099	38.345	-	10.550	(10.123)	148.871
Itaú	Conta Garantida	ago/14	CDI	3,48%	-	34.960	(34.960)	713	(713)	-
Votorantim	Conta Garantida	nov/14	CDI	2,43%	-	150.000	(150.000)	6.328	(6.328)	-
Bradesco	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)	-
HSBC	Nota Promissória	nov/14	CDI	108% do CDI	-	100.000	(100.000)	5.653	(5.653)	-
Itaú	Carta fiança	jul/14	-	-	-	-	5	-	-	5
Total					1.834.569	1.124.342	(484.960)	192.762	(186.259)	2.480.453

Parcela do circulante
Parcela do não circulante

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será feita proporcionalmente à finalização de cada fase. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$11.432 (R\$66.690 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2017	127.476
2018	254.958
2019	254.960
2020	254.960
2021 em diante	1.784.270
	<u>2.677.074</u>

Notas Promissórias:

Em 30 de abril de 2015, a Concessionária realizou a 2ª emissão de Notas Promissórias Comerciais. Foram emitidas 157 Notas Promissórias no valor nominal unitário de R\$2.000, totalizando R\$314.000 em 3 séries e remuneração anual de 108% do CDI.

A amortização das Notas Promissórias juntamente com os pagamentos de juros ocorreram em 3 parcelas sendo realizadas em 30 de outubro, 30 de novembro e 29 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 100.000 e juros de R\$7.707, R\$100.000 e juros de R\$9.000 e R\$114.000 e juros de R\$11.752 respectivamente.

Em 01 de julho de 2014 a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o spread de 2,9% a.a.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras:

Os empréstimos e financiamentos, são garantidos através do penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de ações dos acionistas (Infraero e Grupar).

Além das garantias apresentadas, a Controlada possui um contrato de suporte de acionistas (ESA - Equity Support Agreement) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável.

Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas em 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

13. DEBÊNTURES (CONSOLIDADO):

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2014	Juros	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2015
Bradesco	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	112.640	20.846	(13.063)	-	120.423
Banco do Brasil	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	112.640	20.846	(13.063)	-	120.423
HSBC	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	112.640	20.846	(13.063)	-	120.423
Bradesco	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	102.266	17.779	(6.680)	-	113.365
Banco do Brasil	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	102.266	17.779	(6.680)	-	113.365
HSBC	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	102.266	17.779	(6.680)	-	113.365
Custo com emissão					(9.451)	-	-	(283)	(9.734)
Total					635.267	115.875	(59.229)	(283)	691.630
Parcela do circulante					-	-	-	-	14.859
Parcela do não circulante					-	-	-	-	676.771

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2013	Captação	Juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2014
Bradesco	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	-	112.640
Banco do Brasil	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	-	112.640
HSBC	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	-	100.000	12.640	-	112.640
Bradesco	Debênture	Out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	-	102.266
Banco do Brasil	Debênture	Out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	-	102.266
HSBC	Debênture	Out/26	IPCA	6,40%	-	100.000	2.266	-	102.266
Custo com emissão					-	-	-	(9.451)	(9.451)
Total					-	600.000	44.718	(9.451)	635.267
Parcela do circulante					-	-	-	-	43.929
Parcela do não circulante					-	-	-	-	591.338

Em 31 de dezembro de 2015, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 9.734 (R\$ 9.451 em 31 de dezembro de 2014).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2017	34.279
2018	34.279
2019	54.844
2020	68.556
2021 em diante	484.813
	<u>676.771</u>

Até 31 de dezembro de 2015 a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$59.229 sendo, R\$6.867 referentes à remuneração da 1ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$8.736 referentes à remuneração da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$10.731 referentes à remuneração da 3ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$12.856 referentes à remuneração da 4ª série da 1ª emissão de debêntures e R\$20.041 referentes à remuneração da 1ª série da 2ª emissão de debêntures conforme cronograma de pagamentos.

15. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (CONSOLIDADO)

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2014	Adições	Atualização resultado	Transferência não circulante para circulante		Pagamento	Saldo final 31/12/2015
				Atualização intangível	para circulante		
Outorga variável	185.177	183.541	-	-	-	(185.177)	183.541
Outorga fixa	993.184	-	103.938	50.016	901.987	(1.016.299)	1.032.826
Circulante	1.178.361	183.541	103.938	50.016	901.987	(1.201.476)	1.216.367
Outorga fixa	10.861.467	-	1.113.811	575.185	(901.987)	-	11.648.476
Não circulante	10.861.467	-	1.113.811	575.185	(901.987)	-	11.648.476
Total	12.039.828	183.541	1.217.749	625.201	-	(1.201.476)	12.864.843

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2013	Adições	Atualização resultado	Transferência não circulante para circulante		Pagamento	Saldo final 31/12/2014
				Atualização intangível	para circulante		
Outorga variável	143.913	185.065	-	-	-	(143.801)	185.177
Outorga fixa	1.020.678	-	77.940	54.954	772.900	(933.288)	993.184
Circulante	1.164.591	185.065	77.940	54.954	772.900	(1.077.089)	1.178.361
Outorga fixa	10.733.712	-	394.110	506.545	(772.900)	-	10.861.467
Não circulante	10.733.712	-	394.110	506.545	(772.900)	-	10.861.467
Total	11.998.303	185.065	472.050	561.499	-	(1.077.089)	12.039.828

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes, os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil). Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

16. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO):

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	Provi- sões 31/12/2014	Rever- sões 31/12/2014	Atualiza- ção 31/12/2015	31/12/2015
Provisão para riscos	-	-	-	-
Trabalhistas (a)	2.843	883	(103)	1.701
Administrativos (b)	52	100	(50)	6
Cíveis (c)	11	3	(1)	1
Total	2.906	986	(154)	1.708

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram capitalizados R\$ 625.201 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 561.499 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 11.432 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 66.690 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) no ativo intangível.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal, que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

Amortização	1ª serie	2ª serie	3ª serie	4ª serie
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$300.

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.561.610/0001-31

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	2.686.970	2.480.453
Debêntures	691.630	635.267
Concessão de serviço público	12.864.843	12.039.828
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(45.466)	(232.623)
(-) Aplicações financeiras	(57.455)	(45.745)
Dívida líquida	16.140.522	14.877.180
Patrimônio líquido	(240.738)	922.714
Patrimônio líquido e dívida líquida	15.899.785	15.799.894
Índice de endividamento líquido	67,05	16,12

f) Risco de liquidez:

A Companhia e sua Controlada acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

O quadro a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia e sua Controlada em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2015
Fornecedores	74.841	-	-	-	74.841
Empréstimos e financiamentos	240.281	684.451	745.416	2.904.512	4.574.660
Debêntures	50.563	107.306	105.191	175.458	438.518
Concessão de serviço público	1.059.357	2.324.451	2.571.930	22.022.843	27.978.581
Total	1.425.042	3.116.208	3.422.537	25.102.813	33.066.600

A Diretoria	William de Souza Maia Contador - CRC 104.673/O-2
-------------	--

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2014
Fornecedores	93.459	-	-	-	93.459
Empréstimos e financiamentos	244.316	601.240	860.130	4.377.639	6.083.325
Debêntures	42.780	199.247	337.553	907.777	1.487.357
Concessão de serviço público	993.184	2.168.263	2.433.301	23.296.546	28.891.294
Total	1.373.739	2.968.750	3.630.984	28.581.962	36.555.435

g) Análise de sensibilidade na moeda estrangeira e nas taxas de juros:

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro	31/12/2015	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Operação					
Caixa e equivalentes de caixa	40.093	CDI (% ao ano)	5.565	4.174	2.782
Aplicações financeiras	57.455	CDI (% ao ano)	7.975	5.981	3.987
Referência para ativos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
CDI (% ao ano)			13,88%	10,41%	6,94%
Passivo financeiro					
Operação					
Empréstimos e financiamentos	2.686.970	TJLP (% ao ano)	194.805	243.507	292.208
Debêntures	701.364	IPCA (% ao ano)	55.935	67.419	80.902
Concessão de serviço público	12.864.843	IPCA (% ao ano)	989.306	1.236.633	1.483.960
Referência para passivos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			7,25%	9,06%	10,88%
IPCA (% ao ano)			7,69%	9,61%	11,54%
CDI (% ao ano)			13,88%	17,35%	20,82%

26. RESULTADO POR AÇÃO:

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

Resultado básico diluído por ação	31/12/2015	31/12/2014
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da companhia	(700.058)	(202.222)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada por número de ações	55.803	52.238
Resultado básico e diluído por ações em reais	(12,545)	(3,871)

27. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA:

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	11.432	66.690
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	625.201	561.499
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	7.385	-
Aquisição de intangível ainda não liquidada (fornecedores)	369.107	14.700

28. EVENTOS SUBSEQUENTES:

Em 26 de fevereiro de 2016, Gustavo Soares Figueiredo assumiu a presidência da Concessionária. Em 15 de março de 2015, a Concessionária realizou o pagamento de juros trimestrais das debêntures no valor de R\$ 6.996.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.** Guarulhos - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada,

do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfases**Continuidade operacional da Companhia**

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia apresenta, no consolidado, passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$1.165.357 mil e patrimônio líquido negativo de R\$128.763 mil, causados, principalmente, pelo endividamento, em especial o passivo com a concessão de serviço público no montante total de R\$12.864.843 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito da operação "lava jato". O entendimento da

administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia não é conhecido.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, pois sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "R" FJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador - CRC 1RJ 065.976/O-4